



provas de agregação de
WALTER ROSSA

sumário pormenorizado da lição
património urbanístico:
(re)fazer cidade parcela a parcela

Universidade de Coimbra, Fevereiro de 2012

enquadramento legal e objetivo

Este documento constitui o sumário pormenorizado da lição que dará resposta ao requerido na alínea c) do artigo 5º do Decreto Lei nº 239/2007 de 19 de Junho, que regulamenta o grau de Agregado para o qual estou a requerer a prestação de provas em Arquitetura na Universidade de Coimbra, cumprindo assim o disposto na alínea c) do ponto 2 do respetivo artigo 8º.

abordagem:

a História não é a resposta, mas a questão na procura do futuro

Interpreto a necessidade desta lição como oportunidade de por à prova a perspetiva de abordagem e consistência do que atualmente me move em termos científicos. Como se poderá aquilatar pelo curriculum e pelo relatório da unidade curricular, há muito que essas indagações se situam nos domínios da Urbanística segundo o enfoque que designo *Cultura do Território*. O caso de estudo é o português, pelo que os territórios são de várias nacionalidades.

Esse percurso há muito que não é feito a sós e foi crescendo à medida que se foram juntando colegas, na maior parte mais jovens, e encontrando meios. É uma linha de investigação de constituição informal, da qual já saíram diversas provas de titulação académica cuja elaboração decorreu com maior ou menor interação entre si, mas sempre muito intensa comigo, o que faz com que muito do que hoje produzo provenha de uma reflexão coletiva, embora a responsabilidade do que digo e escrevo só possa ser minha¹.

Informalidade na qual se distinguem dois vetores: História e Plano. Divergem com um ponto de aplicação comum, tendo assim um vetor resultante, um desafio central de formulação simples: a História como suporte teórico privilegiado da Urbanística. Uma história que não pode apenas ser analítica e narrativa, mas de interpretação, ativa. Para tal é necessário desenvolver o conhecimento em ambas as áreas disciplinares, mas também nas que nelas convergem de forma concertada, cabendo à Arquitetura um papel articulador preponderante, enquanto método de síntese propositiva através do desenho.

O contexto é o da instalação e estabilização nas últimas décadas da Urbanística como área transdisciplinar com a matriz das Ciências Sociais, mas também o da concentração crescente das suas preocupações e interesses sobre as áreas urbanas existentes e, mais recentemente, com as paisagens humanizadas. Nas comunidades mais desenvolvidas fala-se cada vez menos de urbanização em fundação ou ensanche e mais em tudo quanto tenha o prefixo *re*, incluindo *reurbanização*, a sua expressão mais forte. Ecologia urbana, memória, identidade, paisagem, património, etc. são termos que se conjugam de formas diversas já não só para títulos de textos, livros e temáticas de eventos, mas também para slogans promocionais de ações tão diversas quanto programas políticos ou promoção imobiliária.

Integrado numa breve especulação teórica em torno dessas problemáticas, para o que recupero parte de uma conferência não publicada que proferi há cerca de um ano², aqui estou a sumariar o tema em torno do qual no último ano e meio fiz algumas apresentações públicas³, também por publicar, as quais se centram sobre um componente fundamental das cidades, designadamente no *universo urbanístico português*⁴: a parcela. Sei que cada uma dessas partes desta lição daria um seminário, porém assumo esse risco de dispersão e partição na tentativa de demonstração da tese central de hoje: a necessidade e possibilidade de operacionalização desenhada da História nas ações (re)urbanísticas. Para já é apenas o sumário pormenorizado do que na prova pública, também com o recurso a imagens, desenvolverei em lição.

tópicos

1. O urbano impôs-se como condição base das sociedades, estando hoje assumido como o futuro da humanidade. Planos, projetos e utopias têm como suporte e objecto a urbanidade, hoje em visões de aldeia ou cidade global, que será uma conurbação articulada por redes, uma sociedade em hipertexto ou, como escreveu Manuel Castells, “*Un mundo urbanizado sin ciudades?*”⁵.

2. Parte substancial e significativa da cultura contemporânea foi construída sobre a segunda modernidade, aquela a que hoje chamamos *o moderno*, *modernista* ou *o modernismo* que, em boa medida, pretendeu assentar numa obliteração do passado. Criticamente, no limiar da terceira modernidade, a pós-modernidade parte dos paradigmas desse moderno, procurando resolver insucessos e capitalizando sucessos. Sendo a relativização, o compromisso e a multiplicidade de enfoques bandeiras da epistemologia pós-moderna, impõe-se perguntar: os desígnios de escamoteamento e negação do passado foram um erro ou são parte da *inocente* massa utópica do modernismo?

3. O urbanismo enquanto domínio propositivo e especulativo, é um registo ativo do passado não só em palimpsesto, mas em hipertexto, como bem o caracterizou André Corboz⁶. Palimpsesto e hipertexto, ou sejam e respectivamente, um mesmo espaço em vários tempos, vários espaços no mesmo tempo, são, nem mais, o domínio da identidade, fundamental ao bem-estar. Não é uma questão de enraizamento, mas de estabilidade do *Eu*. A clarificação dessa relação surge como desígnio essencial na terceira revolução moderna em curso. Estamos, pois, perante a necessidade de um conhecimento que não está separado da ação, “*está na própria ação*”⁷.

4. Parafraseando o título de uma coletânea de textos de Fernando de Terán, a realidade físico-territorial do urbano é *passado ativo*⁸. Hoje a teoria do urbanismo não tem base na sua história, é a própria história. Todo o urbano é contemporaneidade cuja leitura e compreensão dela depende, tal como a projeção controlada do futuro. Para admitirmos a existência de cidades históricas necessitaríamos de saber quais não o são, o que é um paradoxo, uma impossibilidade. O urbano transforma-se permanentemente, não lhe sendo, por natureza, admissível o regresso a qualquer passado genuíno.

5. A inevitável instrumentalização teórico-propositiva da História do Urbanismo coloca-a no lugar nenhum das ciências históricas, mas consolida-a como teoria contemporânea. Narrativa do passado enquanto análise e experiência, narrativa do futuro, ou seja, utopia, quando proposta. Por essa via e por sua vez, enquanto realidade o Urbanismo presente assume-se como património na acepção mais ampla do termo.

6. História e Património são indissociáveis, mas não a mesma coisa. Enquanto a História é consubstanciada através de narrativas — *histórias* —, Património implica existência, matéria tangível ou intangível, mas sempre contemporânea — *bens*. A própria História é Património, mas a contrária não é verdadeira. Ambos têm como agitadora, operadora e intermediária a Memória cujos mecanismos de funcionamento são difíceis de perscrutar e prever.

7. A História vai sendo reescrita à medida e proporção das mudanças do presente que lê e interpreta. Se a quisermos estimar como ciência temos de aceitar e operar com a sua relatividade, a sua dependência do presente. Se o futuro é uma incógnita, inevitável e solidariamente também a História o é.

8. Património é o que do passado chegou até hoje. Património financeiro, material, imobiliário... cultural. Património impõe pertença e, assim, a avaliação e valorização, a perda ou manutenção, em suma, decisões de investimento. Como ativo não é fixo, nem seguro, requerendo gestão permanente. Só o que já desapareceu é estável. Será o presente apenas Património, matéria que processamos construindo o que se vai seguir? A valorização, desenvolvimento, reciclagem ou destruição de património é sempre um ato com expressão cultural que condiciona o futuro da civilização.

9. A condição de pertença desenvolveu sobre o Património um estigma de restrição, de não reconhecimento de alteridades. Os limites e regras entre o público e privado são, em boa medida, a matéria primacial do Direito, facto que tendemos a esquecer quando refletimos e atuamos sobre Património. Podemos mudar de escala e aplicar esse mesmo raciocínio ao que é de um grupo, face a outro bem maior escala no qual se insira. Por exemplo, quando se categoriza algo como *património da humanidade* isso tem uma implicação de pertença que nem sempre ocorre, parecendo apenas um referência honorífica.

10. O Urbanismo é, necessariamente e por excelência, património. Património comunitário com uma especificidade dentro do património urbano. É assim *património urbanístico*. Em que consiste, como o abordar e estudar?

11. O desenho voltou a ter um papel central, desta vez como ferramenta informada, expressão simultaneamente analítica e propositiva do todo. Desenho com recurso às novas tecnologias, também com hipertexto, mas na essência desenho, ou melhor, *hiperdesenho*.

12. O Urbanismo não é matéria, mas um conjunto de abstrações que só em desenho logramos representar de forma convencionada e organizada. Abstrações materialmente consubstanciadas pela disposição sobre o território, de forma mais ou menos coordenada, de edifícios, infraestruturas e equipamentos compondo espaços e paisagens, ou seja, arquiteturas.

13. Às abstrações chamamos morfologia, plano, malha, rede, trama, etc. A sua quase exclusiva representação em projeção horizontal em levantamentos topográficos, aerofotogramétricos, ortofotomapas, fotografias de satélite, etc., não dá outras dimensões da materialidade urbana, como a volumetria e o sistema compositivo e proporcional de alçados, para não referir materiais, texturas, cores, mais mutáveis que os primeiros. Também essa representação é produzida sob abstração pela mediação de desenho.

14. Esse conjunto de abstrações constituem as matrizes formais e de desenvolvimento que identificam uma cidade ou um seu sector. O parcelário é das características urbanísticas de um conjunto urbano a que mais resiste à mudança, o que há décadas é equivocadamente designado como *Lei da persistência do plano*⁹.

15. O *património urbanístico* é pois património imaterial essencialmente corporizado pelo conjunto de edifícios de um núcleo, no que prevalece o edificado anónimo e não tanto os elementos notáveis. É um sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e recria. O *património urbanístico* é o sistema imaterial residente (resistente!) da vida urbana e da sua evolução e transformação sem soluções de continuidade. A resultante é a paisagem urbana e a estruturação física da ecologia urbana.

16. O *património urbanístico* é (i)material histórico e identitário não monumental. A maior parte das áreas e paisagens urbanas é constituída por elementos de arquitetura considerada comum, ordinária ou até medíocre, sendo nelas que a sociedade processa o seu quotidiano. O seu reconhecimento, manutenção e desenvolvimento é a única via que garante processos de futuro.

17. A caracterização do património urbanístico e o apuramento das suas *variantes e invariantes*¹⁰ — o que é evolutivo e o que não deve mudar — só pode fazer-se através de desenho, o que nos tem levado ao desenvolvimento teórico-prático de um conceito-ação que designamos *desenhar a história*. Dito de forma muito simples e redutora: indagamos formas de registar em desenho o conhecimento já existente sobre a materialidade dos núcleos urbanos investigando a sua composição e cartografando a sua evolução, ou seja a sua história. É um processo de tornar evidente o palimpsesto urbanístico.

18. O estudo comparativo tem um papel fundamental. É este o domínio do hiperdesenho. A Urbanística Portuguesa tem razoavelmente identificados os tempos e contextos de produção dos seus casos e é viável o confronto com o papel do(s) outro(s). Temos trabalhado sob o enfoque da mestiçagem e das influências e não sob o da origem e da matriz. O que é tão válido e útil para os contextos coloniais, quanto para a islamização e recristianização antes da Fundação da Nacionalidade.

19. Concluiu-se, por exemplo, que ao invés dos espanhóis, contemporâneos na construção dos impérios da primeira modernidade, e dos franceses e ingleses depois, em vez de os portugueses adotarem o modelo morfológico da colonização helénica e romana do mediterrâneo — baseado no quarteirão quadrado —, continuaram a usar o modelo morfológico gerado no centro da Europa na Alta Idade Média e com o qual se consubstanciou a rede urbana europeia — cuja unidade básica é a parcela estreita e comprida.

20. O sistema morfológico urbano baseado na parcela estreita e comprida, edificada no limite anterior com logradouro posterior, do que decorre a hierarquia rua e travessa¹¹, foi implementado em Portugal com a última invasão, a franca, da qual resultou a formação da nacionalidade. Foi sistematicamente usado nas novas fundações e ensanches, mas também obliterando sistematicamente as manchas urbanas preexistentes. Sendo inquestionáveis as marcas islâmicas da cultura portuguesa no seu urbanismo nada de relevante ficou do urbanismo do mediterrâneo antigo. Cada modelo veicula e contribui para a formação e desenvolvimento de sociabilidades diferentes.

21. A difusão mundial — com especial enfoque no Brasil — desse sistema base de composição urbanística europeu, foi mediada pelos portugueses num processo de racionalização gradual cujo clímax seria atingido no Iluminismo com a sua integração no sistema compositivo RVR¹², o que se constituiu numa forma de apropriação identitária, por desenvolvimento, de algo que originalmente era de uma comunidade cultural bem mais vasta.

22. A composição urbanística com base no módulo parcela, por oposição ao módulo quarteirão, é a razão essencial para a diferença morfológica entre as urbanísticas coloniais portuguesas e espanholas, matéria que no início das respetivas historiografias nas décadas de 1940 e 1950 deu aso ao estabelecimento de equívocos que ainda perduram em círculos menos informados ou especializados. São pontos de partida com plasticidades/flexibilidades, escalas de planeamento, projeto e execução muito diversas, quer nos meios, quer na demografia e duração do processo. Desencadeiam diferenças matriciais de módulo, regra, regulação e modelo.

23. No *universo urbanístico português* as atuações de *re* têm de ser feitas com base na parcela e não no quarteirão, como tem sido apanágio e é defendido quase que oficialmente (Sociedades de Reabilitação Urbana, designadamente). E há outras razões, mormente de raiz social e económica, a indicarem essa metodologia de gestão e atuação.

24. Tais conclusões obrigam a refletir sobre a necessidade de manutenção do parcelário. Independentemente da permeabilidade de usos, funções, fogos, etc., da manutenção dos elementos de concretização físico-arquitetónica do parcelário depende a preservação da paisagem urbana. Basta pensar nas formas, ritmos e composição das volumetrias, coberturas e alçados e como tudo isso se altera descontroladamente quando se juntam parcelas.

25. Para tal *desenhar a história* — o recurso ao hiperdesenho — é crucial.

26. A problemática do parcelário é apenas um exemplo do que é fundamental para a determinação do que é evolutivo e do que é *invariante*. Conhecimento que é essencial no desenho do futuro, na libertação da arquitetura do que são peias restauracionistas que impedem o aumento da qualidade e conforto, um desenvolvimento que catalise o regresso da vitalidade aos centros sob fórmulas novas.

27. Impõe-se o desenvolvimento desta metodologia para tecidos mais recentes onde os desafios são maiores, onde nem o reconhecimento de valor é consensual. Porém serão sempre os centros os polos da identidade urbana, os geradores da urbanidade.

26. Em Portugal quer-se hoje que a reabilitação urbana seja um desígnio nacional, não por estar entendida e integrada, mas porque há dinheiro para a fazer. Entre o restauro e a renovação, a reabilitação urbana em Portugal tem sido essencialmente de sinal construtivo, pouco ou nada urbanístico, o que a torna inconsistente e insustentável, territorialmente desarticulada. Assim a regeneração urbana não acontecerá e perderemos mais uma oportunidade crucial da pós-modernidade, depois de tantas no período precedente.

27. Livre do ferrete historicista, mas fazendo da História um instrumento ativo, o *património urbanístico* cobre a totalidade do urbano, das áreas centrais e consolidadas às periféricas e às difusas, sendo mais fácil de caracterizar onde é evidente, claro, legível, ou seja, nos centros. Creio que os desafios colocados pela condição urbana emergente para uma terceira modernidade poderão ter uma das respostas na consideração e dinamização integrada desse património como ativo.

notas

¹ Como parte da bibliografia ainda por desenvolver para esta lição, listo as cinco teses de doutoramento já defendidas e mais duas que aguardam nomeação do júri e marcação de provas, abstendo-me de listar as de mestrado (ver curriculum vitæ), sendo que dessas nem todas se relacionam com a temática em discussão.

Já defendidas: HORTA, João Manuel Gomes (2006), *Vila Real de Santo António, forma limite no Urbanismo Histórico Português*. Faro: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 2006; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008), *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2008; TRINDADE, Luísa (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2012 (no prelo); MACEDO, Marta Coelho de (2009), *Projectar e Construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2009; GONÇALVES, Adelino (2011), *Património urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2011.

Aguardando provas públicas: PINTO, Sandra (2012), *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2012; LEITE, Antonieta Reis (2012), *Açores, cidade e território*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2012.

² O desafio do urbano: a História como instrumento activo. Sessão *Materialidades, Patrimónios e Memórias do Colóquio Portugal entre desassossegos e desafios* organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra [CES] nos dias 17 e 18 de Fevereiro de 2011.

³ Entre as quais destaco duas: *Le città nuove dell'universo urbanistico portoghese: invariabilità ed evoluzione*. *Convegno Internazionale di Studi Città nuove fondate in Itália e in Europa dal medioevo al novecento* organizado pelo Dipartimento Città e Território da Università degli Studi di Palermo nos dias 9 a 11 de Dezembro de 2011 (atas em vias de publicação); *A cultura do território e o património urbanístico*. *Ciclo de Palestras Registo e Património* produzido pelo Sistema de Inventário do Património Arquitectónico do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana em 15 de Junho de 2011.

⁴ Esta designação é-me muito cara, tendo servido de subtítulo-mote ao projeto produzido entre 1997 e 2002 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, criado e dirigido em comissariado por mim, Renata de Araujo e Helder Carita, o qual teve como ponto alto a realização em Coimbra em 1999 do *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Dele — cuja designação completa era *A cidade como civilização: Universo urbanístico Português 1415-1822* — resultaram um conjunto de publicações, entre as quais as atas daquela reunião científica.

⁵ CASTELLS, Manuel (2004), *Un mundo urbanizado sin ciudades?*. *La Vanguardia*. Barcelona: 2004/05/09.

⁶ CORBOZ, André (2001), *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: L'Imprimeur. 2001.

⁷ ASCHER, François (2001-2008), *Novos princípios do urbanismo [e] Novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte. 2010: 36.

⁸ TERÁN, Fernando de (2009), *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal. 2009.

⁹ Na prática desde textos fundadores da História do Urbanismo como LAVEDAN, Pierre (1926), *Qu'est-ce que l'Urbanisme? Introduction a l'histoire de l'urbanisme*. Paris: Henri Laurens, Éditeur. 1926 e POËTE, Marcel (1929), *Introduction à l'Urbanisme. L'évolution des villes, la leçon de l'Antiquité*. Paris: Boivin & C.ie. 1929.

¹⁰ O conceito invariante é fundamental para o património urbanístico, ainda que tenha sido invocado pela primeira vez para a arquitetura em CHUECA GOITIA, Fernando (1947), *Invariantes castizos de la arquitectura española*. Madrid: Dossat. 1947. Ver também ROSSA, Walter; LEITE, Antonieta Reis; COELHO, Isadora; SIMÕES, Nuno; BARÃO, Pedro (2001), Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico. *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Faro: Universidade do Algarve. 2002: 61-80.

¹¹ Note-se como assim se recorre ao que a escola de morfologia urbana fundada por Conzen considera como a tríade fundamental para a caracterização de um tecido urbano: rua, parcela, ocupação da parcela. Ver, entre outros, CONZEN, M.R.G. (1968), *The Use of Town Plans in the Study of Urban History. The Study of Urban History*. London: H. J. Dyos (ed.), Edward Arnold. 1968: 113-130.

¹² A existência de um sistema compositivo com base no ábaco RVR é uma importante proposta interpretativa feita por João Manuel Gomes Horta no seu trabalho referenciado na nota 1.